

# A IDÉIA DE NAÇÃO, A REPÚBLICA E A DEMOCRACIA NO BRASIL

João Antonio de Paula\*

## 1. A FORÇA DE UMA IDEOLOGIA

A construção da idéia de Nação, a defesa apologética e intransigente da Unidade Nacional são os traços mais característicos do processo de afirmação da hegemonia burguesa no Brasil no Século XIX. Desta vasta e ubíqua operação tomaram parte artistas e políticos, empresários e jornalistas, militares e clero, gente do campo e da cidade, liberais e conservadores. A defesa da Nação e a defesa da Unidade Nacional foram as mais poderosas e insinuantes das estratégias de abafamento de todo o germe de constituição de um poder popular autônomo no Brasil, de toda a tentativa da constituição de uma tradição de auto-organização social, de consolidação de uma sólida e enraizada sociedade civil no Brasil.

Deste esforço excludente participaram o progressista Euclides da Cunha e o ultra-conservador Oliveira Vianna. Esta estranha consonância, em que à voz iluminada de Euclides da Cunha se soma o soturno da dicção de Oliveira Vianna, não é o mais paradoxal da história política brasileira dos Oitocentos. Há um outro movimento, muito mais característico talvez, que foi o permanente deslizeamento dos liberais para a política conservadora, e mesmo o contrário, como é exemplar a ação dos Andradas: conservadores no governo, liberais exaltados na oposição. Este balé trânsfugo aparece sempre justificado como necessário na defesa do interesse maior - a Nação, sua unidade, sua integridade.

Dá a conciliação, o horror à rebeldia, a condenação da revolução, a apologia da transação, a mitificação de uma história incruenta.

Transfigurada e permanentemente reproduzida, esta ideologia tem sido o espantalho freqüentemente agitado para estigmatizar a divergência como antinacional, como antipatriótica, criando ao mesmo tempo uma hierarquia na cidadania deste modo dividida: de um lado, os supercidadãos defensores perpétuos, superiores e condutores da Nação; de outro, a grande massa dos cidadãos inferiores e conduzidos, porque não têm o monopólio da defesa da Nação;

---

\* Professor Adjunto da FACE e do CEDEPLAR da UFMG.

e, finalmente, os párias, os que ousaram divergir e que, assim, passam a sofrer toda sorte de discriminação e controle, permanentemente sob suspeita, tornados inimigos internos da Nação.

A multiplicação dos meios, a imposição permanente destas idéias dão à ideologia conservadora no Brasil, desde o Século XIX, uma força e uma eficácia muito superiores a das forças de esquerda, freqüentemente imobilizadas ou seduzidas pelo mito da Nação, una, indivisível e sagrada.

Este ensaio é uma tentativa de traçar a evolução da construção do conceito de Nação no Brasil, no Seculo XIX - da Independência à República.

## 2. A CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA

A palavra Nação, com o sentido que lhe damos hoje em dia, surgiu no discurso político no contexto da Revolução Francesa. Sua aparição, enquanto categoria literária e filosófica, se deu com o romantismo alemão, principalmente com Herder e Fichte.<sup>1</sup>

Contudo, enquanto realidades políticas, a Nação, o nacionalismo, são figuras da segunda metade do Século XIX. É a vitória e a expansão da Revolução Industrial e a pressão da concorrência industrial inglesa que forjarão as emulações para a consolidação das fronteiras nacionais, para a constituição de políticas protecionistas. Foi este movimento, expresso em *Sistema Nacional de Economia Política*, Frederich List (1841), defesa da proteção industrial como forma de garantir aos Estados alemães unificarem-se, constituírem-se enquanto Nação e responder, assim, ao desafio industrial britânico.

O Século XIX é o século do nacionalismo e do industrialismo: a vitória da Revolução Industrial e a exacerbação da disputa nacional que resultará em variados conflitos - a Guerra da Criméia, em 1856, a Guerra Franco-Prussiana de 1870 - ao mesmo tempo que é o momento da consolidação nacional da Itália (1861) e da Alemanha (1871).<sup>2</sup>

A idéia de Nação se constrói no Século XIX como teoria e como ação, como ação prático-política. Se constrói como vocação liberal-popular, como em Mazzini, ou como expressão de uma perspectiva autoritária, como em Bismarck. Em Mazzini, a idéia de Nação assume um caráter quase místico, de revelação; há

---

1. ROSSOLILLO (1986). p. 796.

2. LUCKWALDT (1960).

religiosidade em sua teorização sobre Nação. O que faz dele talvez o mais típico representante dos teóricos da Nação: “Il genovese Giuseppe Mazzini costruì e elaborò teoricamente i idea di nazione fino a farne una propria concezione del mondo, quasi una religione; (...)”.<sup>3</sup>

Gramsci, o mais importante dos teóricos marxistas a valorizar e requalificar o conceito de Nação, aponta em várias passagens de sua obra o caráter *místico*, de “profeta iluminado” da ação de Mazzini: “o êxito relativo da expressão mazziniana *Itália do povo*”, que tendia a indicar uma renovação completa em sentido democrático de iniciativa popular, da nova história italiana, em oposição ao *primado* giobertiano, que tendia a apresentar o passado como continuidade ideal possível com o futuro, isto é, como um determinado programa político apresentado em termos de longo alcance. Mas Mazzini não conseguiu enraizar a sua fórmula mística, e os seus sucessores diluíram-na, amesquinham-na na “retórica livresca”.<sup>3</sup> Em Gramsci a idéia de Nação se reveste de um sentido popular fundamental. O grau de inserção, de enraizamento do Nacional-popular, conceito fundamental da perspectiva gramsciana, explicaria, em grande medida, o maior ou menor atraso político da Nação: “Na Itália, o termo *nacional* tem um significado muito restrito ideologicamente e, de qualquer modo, não coincide com *popular*, já que os intelectuais estão apartados do povo, isto é, da Nação, estando ligados, ao contrário, a uma tradição de casta, que jamais foi quebrada por um forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo...”.<sup>5</sup>

No Brasil a idéia de Nação, a Unidade Nacional, foi a pedra de toque da exclusão, do aplastamento de todos os movimentos de ruptura, da interdição da emergência da contradição, do conflito, das perspectivas revolucionárias.

Fundamentalmente, a idéia de Nação funcionaria como ideologia, como ideologia de um certo tipo de Estado, o Estado burocrático centralizado: “Desta situação decorre que a Nação é a ideologia de um determinado tipo de Estado, visto ser justamente o Estado a entidade a que se dirige concretamente o sentimento de fidelidade que a idéia de Nação suscita e mantém.

Esta conclusão provisória leva em consideração o conteúdo representativo do termo. A função da idéia de Nação, como vimos, é a de criar e manter um comportamento de fidelidade dos cidadãos em relação ao Estado”.<sup>6</sup>

---

3. VOSSLER (1949).

4. GRAMSCI (1968).

5. GRAMSCI (1978).

6. ROSSOLILLO (1986), p. 7.

No Brasil, a idéia de Nação foi uma eficiente ferramenta na consolidação do Estado imperial, da centralização conservadora de seu poder, do caráter excludente de sua ação política e econômica.

Confundindo fidelidade à Nação com fidelidade ao Monarca, ao Estado, a ideologia da Nação acabou se constituindo numa das matrizes principais da hegemonia burguesa no Brasil, hegemonia que extrai sua especificidade da brutalidade de sua dominação pela observância estrita de uma política de impedimento da vertebração da sociedade civil. A reiteração de regimes autoritários, a hipertrofia do Estado, são os mais permanentes frutos do nosso trópico.

### 3. A IDÉIA DE NAÇÃO NO BRASIL

Aqui como alhures, tanto a espada quanto a letra são fontes de dominação. Se a ação de Caxias é realização prática da Unidade Nacional, não menos material é a ação do pensamento social brasileiro na construção da armadura ideológica nacional. A partir de colorações político-ideológicas distintas teceu-se uma trama cujas amarrações são as palavras: Nação, Unidade Nacional, a denúncia do localismo, do provincialismo, a denúncia do exemplo hispano-americano, de sua fragmentação e seu caudilhismo.

Euclides da Cunha, que se revelou quase sempre sensível na compreensão da realidade social brasileira no caso da realidade sertaneja, da realidade amazônica, no campo específico da realidade política, não se distingue da tendência conservadora majoritária. Sua visão neste particular trai, de um lado, a sua filiação positivista com todas as suas implicações na defesa de um Estado forte, de uma “ditadura esclarecida” e, de outro, suas vinculações com o Estado brasileiro, sua condição de membro daquele cenáculo reunido em torno do Barão do Rio Branco.<sup>7</sup>

Euclides da Cunha vai falar então em *exageros democráticos* contidos na Constituinte de 1823; ao mesmo tempo que elogia a sua dissolução como *oportuna e benéfica*,<sup>8</sup> ele defende a Constituição Outorgada de 1824, aplaude a predominância em boa hora do elemento conservador e o golpe da maioria,<sup>9</sup> tudo isto porque as revoltas, a rebeldia do período regencial contrariariam o interesse maior da Pátria, a Unidade Nacional.<sup>10</sup>

7. SEVCENKO (1985).

8. CUNHA (1926). p. 245.

9. CUNHA (1926). p. 269.

10. CUNHA (1926). p. 299.

Citando Saint-Hilaire, Euclides da Cunha aponta o outro grande tema da construção da ideologia da Nação no Brasil, a suposta e supinamente decantada superioridade da centralização brasileira vis-à-vis a fragmentação das repúblicas latino-americanas: “Um estrangeiro ilustre, Augusto de Saint-Hilaire, depois de caracterizar o estado revoltoso das repúblicas platinas, voltava naquela época o olhar para o Brasil, e apontava-lhe idêntico destino, se acaso fossem satisfeitos, pelo regime federal, os desejos de mando das patriarquias aristocráticas, que o retalhavam: que os brasileiros se acautelem contra a anarquia de uma multidão de tiranetes mais insuportáveis do que um déspota único”.<sup>11</sup>

A unidade é a grande conquista do regime imperial no Brasil, na perspectiva de Oliveira Vianna: “Na verdade, a grande obra da monarquia em nosso povo foi uma obra de unificação e legalidade - e na realização dessa unificação e legalidade ela teve que lutar justamente contra as forças sempre rebeldes do localismo e do provincialismo”.<sup>12</sup>

É este também o sentido da oscilação do quase sempre liberal exaltado Teófilo Otoni: “Teófilo Otoni foi um dos que sacrificaram seu ideal democrático a dois temores: o temor da anarquia demagógica e o temor do despotismo militar, entre um e outro baixio sossobrando a América espanhola”.<sup>13</sup>

O temor da fragmentação, o pânico ante a possibilidade da repetição no Brasil da América bolivariana, é na verdade o temor e o pânico da revolução. É a revolução que se teme, é a emergência popular que se quer afastar. Daí as inúmeras transações, golpes e arreglos que marcam a história política do Brasil desde a Independência.

#### 4. A ESTRATÉGIA DA ARANHA - TECENDO A DOMINAÇÃO

É de Oliveira Lima uma súpula sistemática e precisa da estratégia da conciliação no Brasil: “em vez da República, a Independência; em vez da República, a Abolição; contra a fragmentação, o Império. A consciência conservadora no Brasil, na perspectiva de Paulo Mercadante, se constrói pela hegemonia de uma série de travejamentos: 1) o temor pela revolução; 2) a ausência de participação popular; 3) o temor da abolição; 4) a preocupação com a unidade nacional; 5) pela vitória da *moderação* e da *conciliação*”.<sup>14</sup>

---

11. CUNHA (1926). p. 256.

12. VIANNA (1933). p. 46.

13. LIMA (1927).

14. MERCADANTE (1965).

Moderação e conciliação serão as palavras chaves da ideologia hegemônica no Segundo Reinado, seu auge foi o ministério de conciliação do Marquês do Paraná entre 1853 e 1857.

No essencial a conciliação foi no Brasil a estratégia da aranha, a tesitura de uma dominação que significou uma modernização conservadora, elitista, autoritária, uma revolução burguesa sem burguesia e antidemocrática.<sup>15</sup> Nas palavras de José Honório Rodrigues: “A conciliação, que domina essencialmente toda a política brasileira no Século XIX, não a pessoal-partidária, que sofre zigue-zagues variáveis, mas a que acomoda para salvar o essencial, defendendo a grande propriedade e a escravidão, não quer reformas sociais e econômicas”.<sup>16</sup>

A história política brasileira no Século XIX foi, assim, marcada pela afirmação de uma eficaz cimentação da unidade ideológica das elites: “A manutenção da unidade nacional, a consolidação de um governo civil, a redução do conflito a nível nacional, como também a limitação da mobilidade social e da mobilidade política no Brasil, em contraste com a balcanização, e o caudilhismo, a instabilidade política e a maior mobilização nos outros países da América Latina se deviam, em parte, à maior unidade ideológica da elite política brasileira em comparação com suas congêneres dos outros países”.<sup>17</sup> O núcleo desta unidade ideológica, sua síntese perfeita é a frase de Evaristo da Veiga em 1831: “Faça-se tudo quanto é preciso, mas evite-se a revolução”.<sup>18</sup>

No plano político a estrutura do Estado imperial é a certeza de uma dominação sem sustos. Em primeiro lugar, pela absoluta exclusão do povo do processo eleitoral. Ao final do Império em 1886, quando houve um aumento da participação eleitoral, o número de eleitores foi em torno de 1% da população.<sup>19</sup> Junto com isso predominou a mais absoluta corrupção eleitoral o que fez com que nunca o partido no governo perdesse eleições.

Se a estes fatores adicionar-se o poder moderador, o Conselho de Estado e o Senado Vitalício, temos um quadro onde o poder do Imperador será o tempo todo incontestável. Manipulando as amplas prerrogativas que a Constituição de 1824 lhe dava, o Imperador foi capaz de um extenso reinado, de quase

---

15. NOGUEIRA (1984). p. 16.

16. RODRIGUES (1965).

17. CARVALHO (1981).

18. NOGUEIRA (1984). p. 25.

19. NOGUEIRA (1984). p. 20.

50 anos, onde a sua perspectiva sempre prevaleceu através de uma sistemática de destituições de gabinetes e dissoluções das câmaras, sempre ao sabor do interesse da Monarquia.

O Segundo Reinado tem várias características em sua dimensão política. A mais saliente delas foi a enorme concentração de poder retido pelo poder moderador, ao lado do quase absoluto controle por ele exercido durante todo o período ou, pelo menos, por quase todo ele. O centro desta eficaz política de dominação foi, além dos instrumentos constitucionais existentes, a prática política imperial de alternância dos partidos (Liberal e Conservador) no governo. Esta prática, freqüentemente louvada como sinônimo do liberalismo e do equilíbrio do Imperador, foi na verdade a base de uma política de cerceamento da consolidação dos partidos políticos no Brasil ao mesmo tempo que, pelo arbítrio da escolha, significou colocar o jogo político brasileiro ao sabor do interesse imperial.

Movidos para dentro e para fora do governo, como peças de um jogo, os partidos do Império não construíram bases sólidas, não se enraizaram. Manipulados e inermes, não mereciam o respeito do Imperador que é no fundo o grande artífice de suas inconsistências: “No fundo, sente-se que ele (Imperador) dava uma importância pequena, ou mesmo não dava importância alguma à opinião dos partidos. O golpe parlamentar de 1868 é, na verdade, uma bela prova disto”.<sup>20</sup>

Cioso da manutenção de sua dominação, o Imperador praticou sem sustos a sua política de alternâncias: 1837-1844 (conservadores); 1844-1848 (liberais); 1848-1853 (conservadores); 1853-1857 (a chamada conciliação); 1857-1862 (conservadores); 1862-1868 (liberais); 1868-1878 (conservadores)... A destituição do Gabinete Zacarias, em 1868, parecia mais um ato normal naquela sucessão. Nomeado o gabinete conservador de Itaboraí, em meio a uma câmara amplamente liberal, o desfecho, como sempre, seria: 1) dissolução da câmara; 2) convocação das eleições; e 3) aí, inevitavelmente, o partido no governo faria maioria etc. Contudo a coisa neste caso teve desdobramento inesperado. A ação do Imperador, o golpe que a Constituição lhe facultava foi recebido e entendido como golpe, selando para muitos autores o início do fim do pseudo-parlamentarismo brasileiro e, com ele, do próprio Império: “Os homens mais lúcidos, no entanto, sabiam que o Império estava condenado. Em 1869 começa o seu declínio até chegar à queda em 1889. Ele já revelara seu potencial, o que tinha de positivo e negativo. Agora ia viver quase vegetativamente, pois eram sabidos os seus limites. A data de 1868 encerra o período do esplendor e abre o das crises que levarão à sua ruína”.<sup>21</sup>

20. VIANNA (1933). p. 29.

21. HOLANDA (1972), NABUCO (1975).

O golpe do Imperador era também sintoma da emergência de uma nova força política, o Exército, que terá, a partir daí, marcante presença na política brasileira. Exigida por Caxias, a queda do Gabinete Zacarias demonstra a fragilidade das instituições políticas brasileiras. Oliveira Vianna registra isto assim: “Falta-nos espírito público. Falta-nos organização de classes. Falta-nos liberdade civil. Realmente, espírito público nunca existiu no Brasil. Entre nós, a vida política foi sempre preocupação e obra de uma minoria diminuta, de volume pequeníssimo em relação à massa da população. O grosso do povo, levado às urnas apenas pela pressão dos caudilhos territoriais, nunca teve espírito político, nem consciência alguma do papel que estava representando”.<sup>22</sup> Para Oliveira Vianna esta rarefação da vida política provinha de causas naturais-psicológicas intransponíveis, daí que necessária a tutela permanente de um Estado forte e centralizado, pai e mestre, severo e autoritário, capaz de aplacar as inconstâncias e rebeldias do povo nascido para a imaturidade, condenado a uma espécie de infantilismo permanente.

Oliveira Vianna constata com justeza a precariedade de nossa vida política, a longa tradição de exclusão a que estão submetidas, historicamente, as grandes massas da população brasileira. Depois deste diagnóstico correto, sua conclusão é sinistra: “Contra isto só há um remédio: o Estado Autoritário, parafascista, a ditadura”. Oliveira Vianna é das vozes mais estridentes na condenação do localismo, do provincialismo; sua defesa da unidade nacional é a amarração lógica que justifica a tese de que só um governo forte e centralizado é capaz de garantir esta unidade. A lógica do argumento de Oliveira Vianna conduz à condenação pura e simples da democracia. Neste caminho ele erige e destrói como espantalhos convenientes o perigo representado pelo localismo, pela fragmentação nacional. A Nação, a Unidade Nacional, entidades absolutas e suprahistóricas, aparecem assim no discurso autoritário como valores a se preservar a qualquer custo e, para tanto, que se interdite toda e qualquer divergência. A diferença será sempre vista como inimiga da unidade nacional, ao mesmo tempo que se entronizará um *mito-programa* fundamental: há um grupo social que encarna a Nação; este grupo social é o responsável pela tutela do Estado; toda e qualquer diferença para com este grupo social é uma agressão à *nacionalidade* e deve ser reprimida, só é legítimo o interesse deste grupo porque só ele representa o interesse da Nação.

Este grupo social é uma realidade histórica que teve variadas composições concretas ao longo do tempo. Basicamente ele é a “*intelectualidade orgânica*” que tem organizado o processo de controle do Estado no Brasil desde o final do Império: seus membros são recrutados entre os militares principalmente, entre intelectuais civis, entre técnicos, proprietários e burocratas comprometidos com a perspectiva antidemocrática e antipopular.

---

22. VIANNA (1933), p. 30.

Estas características marcam o processo político brasileiro, dão a sua especificidade. A forma como o Estado burguês foi montado no Brasil, o caráter antidemocrático de sua atuação, a recorrente vigência da ditadura são manifestações do processo mais amplo da constituição do capitalismo no Brasil: o caráter dependente deste capitalismo, a permanência de uma extensa rede de relações coloniais mesmo depois da Independência, a longa preservação da escravidão, a sistemática exclusão social das grandes massas trabalhadoras e camponesas no Brasil. Nestas condições o Estado se tornou guarda pretoriana do capital, exercitando cada vez mais sua dimensão repressiva, violenta, vis-à-vis um relativo descompasso com a preocupação, com a legitimação via *consenso*, via *ideologia*, com a produção do *consentimento*.

De qualquer forma o pensamento conservador no Brasil teve sempre uma muito maior consistência e difusão que o de esquerda. Nossas elites foram formadas ao som plangente de cantilenas que se especializaram em fazer variações em torno de um único tema: 1) as maravilhas da Nação; 2) seus defensores perpétuos e a necessidade de combater seus inimigos, sobretudo os internos; 3) o caráter informe do povo, sua irresponsabilidade, imaturidade e a necessidade de sua tutela; 4) a ausência de um espírito público, de uma tradição de organização política; 5) o caráter pacífico e incruento de nossa história. Este conjunto de preconceitos, transformados em “*teoria da Nação*”, está na base da estratégia de dominação ideológica das elites brasileiras. Sua emergência no período imperial transbordou para o período republicano, sendo aí efetivamente consolidado.

## 5. REPÚBLICA E DEMOCRACIA

A República no Brasil, nascida da influência positivista e militar, terá desde o seu nascedouro uma profunda aversão pela diferença. Toda a divergência, todo o conflito, serão sempre vistos como impatrióticos e reprimidos com violência. A ordem tornada símbolo e absoluta se sobreporá a qualquer outro valor. Império da ordem, a República no Brasil será marcada pela recorrente emergência da repressão e da supressão dos direitos e garantias individuais e políticas: veja a ditadura florianista, o governo sob estado de sítio de Arthur Bernardes, a ditadura varguista, a ditadura militar de 1964.

Ao lado desta tradição autoritária consolidou-se também entre nós a nunca assaz louvada vocação liberal de nossas elites. Empenhados na preservação de uma dominação de que não admitem qualquer contestação, sacrificarão a lei, as instituições e a liberdade em nome da ordem, numa bastarda evocação goetheana, ao mesmo tempo que entoam hinos à democracia nos Estados Unidos da América, à estabilidade de suas instituições, à liberdade e consistência de sua cidadania.

A República no Brasil nasceu marcada pela influência americana, como esta já havia sido uma inspiração importante na Inconfidência Mineira. O federalismo republicano brasileiro copiou a tradição federalista americana. Contudo, toda a influência das instituições políticas americanas não tem sido no Brasil mais que um selo ideológico, e a marca de um discurso que na prática se converte no seu oposto. O federalismo, a autonomia regional, a liberdade individual e a plena cidadania, princípios consagrados nos diplomas legais, são apenas slogans, frases com que se recheiam constituições e discursos, enquanto que muito outra é a realidade política. A realidade política brasileira tem sido, desde a Colônia, fundamentalmente a da centralização política, da ausência de autonomia regional, da rarefação da liberdade individual, de uma sistemática desqualificação da cidadania. A raiz disto está na forma mesma como se deu no Brasil o processo de colonização, a hipertrofia do Estado, a centralização política, o sufocamento da consolidação da sociedade civil. Traços estes que não foram abolidos com a Independência. O Império brasileiro conservou a escravidão, a dependência econômica, o caráter semicolonial da economia. A República brasileira manterá a exclusão política e social. A proibição do voto aos analfabetos era a contraparte da exclusão econômica caracterizada pela enorme concentração da terra, da renda e da riqueza que se preservaram e se ampliaram no Brasil ao longo do tempo.

Os que recorrem sempre ao exemplo americano, como modelo a ser seguido pelos brasileiros, são muitas vezes os que não se dão conta que a democracia americana foi constituída com o material que no Brasil sempre foi motivo de profunda aversão e repúdio. A democracia americana, como nos disse Tocqueville, é o resultado da constituição de um extraordinário poder local, de uma sociedade civil que se organizou desde o início independentemente do Estado e sobretudo da consolidação de uma ampla economia camponesa: “As colônias inglesas, e foi esta uma das principais causas da sua prosperidade, sempre gozaram de maior liberdade interior e de maior independência política que as de outras nações; em nenhuma parte, porém, foi esse princípio de liberdade mais completamente aplicado que nos Estados da Nova Inglaterra (...). Os princípios gerais sobre os quais repousavam as constituições modernas, princípios que a maior parte dos europeus do Século Dezanove mal compreendiam e que triunfavam ainda incompletamente na Grã-Bretanha, são todos reconhecidos e fixados nas leis da Nova Inglaterra: a intervenção do povo nos negócios públicos, a livre votação de impostos, a responsabilidade dos agentes do poder, a liberdade individual e o julgamento pelo júri acham-se neles estabelecidos positivamente e sem discussão”.<sup>23</sup>

---

23. TOCQUEVILLE (1962)

A democracia americana, tão louvada pelos liberais brasileiros, foi constituída do material abominável para estes liberais, do localismo, do conflito, da cidadania plena, da independência e autonomia da sociedade civil, do controle do Estado pela sociedade, por uma “Reforma Agrária” efetiva. São todas realidades que as elites brasileiras, desde o período colonial, têm feito tudo para interditar.

A ideologia da Nação e da Unidade Nacional, da Pátria e do Interesse Patriótico, da ordem e de seus tutores, resultaram, no Brasil republicano, na interdição da divergência tida por impatriótica, do exercício da liberdade tida por “tumba da paz”, por passaporte para o caos. Cem anos de República e ainda estamos muito longe da construção democrática, que esta só se põe com a admissão da divergência, com a independência e autonomia da sociedade civil, e sobretudo com a derrogação dos atuais padrões de concentração da renda e da riqueza, com a integração de milhões de brasileiros à cidadania plena.

## BIBLIOGRAFIA

- CARVALHO, José Murilo. *A Construção da ordem : a elite política imperial*. Brasília : UnB, 1981. p. 177.
- CUNHA, Euclides da. *Esboço de história política : da Independência à República*. In: ---. *À margem da história*. Porto : Chardon, 1926.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1968. p. 165.
- . *Literatura e vida nacional*. 2. ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978. p. 105-106.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do Império à República*. São Paulo : Difusão Européia do Livro, 1972. p. 7. (História Geral da Civilização Brasileira, 2. O Brasil monárquico ; 5).
- LIMA, Oliveira. *O Império brasileiro (1822-1889)*. São Paulo : Melhoramentos, 1927. p. 17.
- LUCKWALDT, Friedrich. El sistema de los estados europeos de 1850 a 1890. In: GOETZ, Walter. *História universal (liberalismo y nacionalismo)*. 5. ed. Madrid : Espasa-Calpe, 1960. t. 8.
- MERCADANTE, Paulo. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro : Saga, 1965.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do império*. Rio de Janeiro : Aguillar, 1975.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do liberalismo : Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.
- RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1965. p. 16.
- ROSSOLILLO, Francisco. Nação. In: BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola, PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília : UnB, 1986.
- SEVCENKO, Nicolau. *A literatura como missão*. 2. ed. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- TOCQUEVILLE, Alexis. *A democracia na América*. Belo Horizonte : Itatiaia, 1962. p. 36 e 39.
- VIANNA, Oliveira. *O ocaso do império*. 2. ed. São Paulo : Melhoramentos, 1933.
- VOSSLER, Otto. *L'idea di nazione dei Rousseau al Ranke*. [s.l.] : Firenze Sansoni, 1949. p. 105.